

**TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE
SEGURIDADE SOCIAL**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)

Demonstrações dos ativos líquidos (plano de contribuição variável I)

Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidadas)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de benefício definido)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (plano de contribuição variável I)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de benefício definido)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (plano de contribuição variável I)

Demonstrações das provisões técnicas (plano de benefício definido)

Demonstrações das provisões técnicas (plano de contribuição variável I)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis


2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores, Participantes e Patrocinadores da
TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (Fundação ou Entidade)**, que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela **TELOS**, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC N° 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.





Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de janeiro de 2015, sem modificação.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ


Julian Clemente

Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ


4

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Balances patrimoniais (consolidados) em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Disponível		216	422	Exigível operacional			
Realizável				Gestão previdencial		6.392	6.155
Gestão previdencial	4	58.762	50.220	Gestão administrativa		6.398	6.152
Gestão administrativa	5	8.345	8.665	Investimentos		1.392	1.819
		67.107	58.885			14.182	14.126
Investimentos:	6			Exigível contingencial	8.1		
Títulos Públicos		377	333	Gestão previdencial		40.211	79.475
Créditos privados e depósitos		7	6	Gestão administrativa		5.931	5.930
Ações		183.930	270.035	Investimentos		10.033	9.585
Fundos de investimentos		6.298.076	5.584.081			56.175	94.990
Investimentos imobiliários		144.286	155.004	Patrimônio social	9		
Empréstimos e Financiamentos		42.965	39.569	Patrimônio de cobertura do plano:			
Depósitos Judiciais/Recurais	8.2	2.264	2.264	Provisões matemáticas:			
		6.671.905	6.051.292	Benefícios concedidos		4.060.770	3.703.770
				Benefícios a conceder		1.555.711	1.454.747
Permanente						5.616.481	5.158.517
Imobilizado		893	682	Equilíbrio técnico	9(e)		
Gestão assistencial	11	9.359	7.156	Resultados realizados:			
				Superávit técnico acumulado		814.853	703.597
				Fundos			
				Fundos previdenciais		225.802	122.626
				Fundos administrativos		10.460	15.771
				Fundos dos investimentos		2.168	1.655
						238.430	140.052
				Gestão assistencial	11	6.669.764	6.002.166
						9.359	7.156
Total do ativo		6.749.480	6.118.438	Total do passivo		6.749.480	6.118.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Ativos			
Disponível	44	140	-68.57%
Recebível	13.733	14.800	-7.21%
Investimento	2.848.676	2.592.791	9.87%
Títulos Públicos	378	333	13.51%
Créditos privados e depósitos	6	6	0.00%
Ações	183.930	270.035	-31.89%
Fundos de investimento	2.511.410	2.159.273	16.31%
Investimentos imobiliários	144.286	155.004	-6.91%
Empréstimos e Financiamentos	8.666	8.140	6.46%
	<u>2.862.453</u>	<u>2.607.731</u>	<u>9.77%</u>
Obrigações			
Operacional	3.563	3.752	-5.04%
Contingencial	23.881	66.410	-64.04%
	<u>27.444</u>	<u>70.162</u>	<u>-60.88%</u>
Fundos não previdenciais			
Fundos administrativos	5.383	7.963	-32.40%
Fundos dos investimentos	399	326	22.39%
	<u>5.782</u>	<u>8.289</u>	<u>-30.24%</u>
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	2.097.933	1.947.679	7.71%
Superávit técnico	635.286	566.323	12.18%
Fundos previdenciais	96.008	15.278	528.41%
	<u>2.829.227</u>	<u>2.529.280</u>	<u>11.86%</u>
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
Equilíbrio Técnico	635.286	566.323	12.18%
Ajuste de Precificação (*)	396.853	390.657	1.59%
Equilíbrio Técnico Ajustado	<u>1.032.139</u>	<u>956.980</u>	<u>7.85%</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

* Dados de 2014 incluídos somente para fins de comparabilidade

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano Telos Contribuição Variável I - PCVI)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Ativos			
Disponível	161	243	-33.74%
Recebível	55.490	51.190	8.40%
Investimento	3.807.435	3.437.780	10.75%
Fundos de investimento	3.773.126	3.406.340	10.77%
Empréstimos e Financiamentos	34.299	31.430	9.13%
Depósitos Judiciais/Rekursais	10	10	100.00%
	<u>3.863.086</u>	<u>3.489.214</u>	<u>10.72%</u>
Obrigações			
Operacional	4.222	4.221	0.02%
Contingencial	24.109	20.395	18.21%
	<u>28.331</u>	<u>24.616</u>	<u>15.09%</u>
Fundos administrativos	5.077	7.808	-34.98%
Fundos dos investimentos	1.769	1.329	33.11%
	<u>6.846</u>	<u>9.137</u>	<u>-25.07%</u>
Ativos líquidos			
Provisões matemáticas	3.518.548	3.210.838	9.58%
Superávit técnico	179.567	137.274	30.81%
Fundos previdenciais	129.794	107.348	20.91%
	<u>3.827.909</u>	<u>3.455.460</u>	<u>10.78%</u>
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
Equilíbrio Técnico	179.567	137.274	30.81%
Ajuste de Precificação (*)	272.129	294.288	-7.53%
Equilíbrio Técnico Ajustado	<u>451.696</u>	<u>431.562</u>	<u>4.67%</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

* Dados de 2014 incluídos somente para fins de comparabilidade



7

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidadas)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Patrimônio Social - Início do exercício	6.002.166	5.777.938	3.88%
Adições			
Contribuições Previdenciais	78.252	73.848	5.96%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	906.098	532.567	70.14%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	38.699	-	100.00%
Receitas Administrativas	10.975	9.860	11.31%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.485	2.075	19.76%
Constituição de Fundos de Investimentos	513	306	67.65%
	1.037.022	618.656	67.62%
Destinações			
Benefícios	(350.653)	(327.866)	6.95%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(49.146)	-100.00%
Despesas Administrativas	(18.771)	(16.813)	11.65%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(603)	-100.00%
	(369.424)	(394.428)	-6.34%
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	457.964	293.164	56.21%
Superávit técnico do Exercício	189.486	39.051	385.23%
Fundos Previdenciais	24.946	(102.813)	-124.26%
Fundos Administrativos	(5.311)	(5.481)	-3.10%
Fundos dos Investimentos	513	307	67.10%
	667.598	224.228	197.73%
Patrimônio Social - Final do exercício	6.669.764	6.002.166	11.12%
Gestão Assistencial			
Receitas Assistenciais	43.050	34.044	26.45%
Despesas Assistenciais	(43.050)	(34.044)	26.45%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



8

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	2.529.280	2.518.422	0.43%
Adições			
Contribuições	1.620	4.979	-67.46%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	411.555	203.250	102.49%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	42.436	-	100.00%
	455.611	208.229	118.80%
Destinações			
Benefícios	(155.664)	(150.387)	3.51%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(46.984)	-100.00%
	(155.664)	(197.371)	-21.13%
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	150.254	119.970	25.24%
Fundos Previdenciais	2.500	(116.763)	-102.14%
Superávit técnico do exercício	147.193	7.651	1823.84%
	299.947	10.858	2662.45%
Ativo Líquido - Final do exercício	2.829.227	2.529.280	11.86%
Fundos não Previdenciais			
Fundos Administrativos	5.383	7.964	-32.41%
Fundos dos Investimentos	399	326	22.39%
	5.782	8.290	-30.25%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano Telos Contribuição Variável I - PCVI)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	3.455.460	3.236.916	6.75%
Adições			
Contribuições	76.632	68.869	11.27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	494.543	329.317	50.17%
	571.175	398.186	43.44%
Destinações			
Benefícios	(194.989)	(177.480)	9.87%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(3.737)	(2.162)	72.85%
	(198.726)	(179.642)	10.62%
Acréscimo no Ativo Líquido			
Provisões Matemáticas	307.710	173.194	77.67%
Fundos Previdenciais	22.446	13.950	60.90%
Superávit técnico do exercício	42.293	31.400	34.69%
	372.449	218.544	70.42%
Ativo Líquido - Final do exercício	3.827.909	3.455.460	10.78%
Fundos não Previdenciais			
Fundos Administrativos	5.077	7.807	-34.97%
Fundos dos Investimentos	1.769	1.329	33.11%
	6.846	9.136	-25.07%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidadas)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.771	21.252	-25.79%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.511	7.906	7.65%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	456	451	1.11%
Receitas Diretas	407	386	5.44%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.485	2.075	19.76%
Reembolso da Gestão Assistencial	1.601	1.117	43.33%
	<u>13.460</u>	<u>11.935</u>	<u>12.78%</u>
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Pessoal e encargos	4.968	4.529	9.69%
Treinamentos/congressos e seminários	11	20	-45.00%
Viagens e estadias	21	23	-8.70%
Serviços de terceiros	1.461	1.638	-10.81%
Despesas gerais	525	548	-4.20%
Depreciações e amortizações	92	85	8.24%
Tributos	869	240	100.00%
	<u>7.947</u>	<u>7.083</u>	<u>12.20%</u>
Administração dos Investimentos			
Pessoal e encargos	6.479	5.929	9.28%
Treinamentos/congressos e seminários	21	28	-25.00%
Viagens e estadias	28	30	-6.67%
Serviços de terceiros	1.460	1.340	8.96%
Despesas gerais	676	682	-0.88%
Depreciações e amortizações	117	108	8.33%
Tributos	186	240	100.00%
	<u>8.967</u>	<u>8.357</u>	<u>7.30%</u>
Administração Assistencial			
Despesas Administrativas	1.601	1.117	43.33%
	<u>1.601</u>	<u>1.117</u>	<u>43.33%</u>
Outras Despesas	256	256	0.00%
Constituição de Contingências Administrativas	-	603	-100.00%
Insuficiência da Gestão Administrativa	(5.311)	(5.481)	-3.10%
Reversão do Fundo Administrativo	(5.311)	(5.481)	-3.10%
Fundo Administrativo do Exercício Atual	<u>10.460</u>	<u>15.771</u>	<u>-33.68%</u>

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.963	10.638	-25.15%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.441	4.132	7.48%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	98	96	2.08%
Receitas Diretas	203	197	3.05%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.248	1.041	19.88%
	5.990	5.466	9.59%
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Despesas comuns	3.650	3.120	16.99%
Despesas específicas	254	355	-28.45%
Viagens e estadias	4	3	33.33%
Serviços de terceiros	170	216	-21.30%
Despesas gerais	-	16	0.00%
Tributos	80	120	0.00%
	3.904	3.475	12.35%
Administração dos Investimentos			
Despesas comuns	4.343	4.040	7.50%
Despesas específicas	196	188	4.26%
Viagens e estadias	5	4	25.00%
Serviços de terceiros	110	64	71.88%
Despesas gerais	1	-	0.00%
Tributos	80	120	0.00%
	4.539	4.228	7.36%
Outras Despesas	127	131	-3.05%
Constituição de Contingências Administrativas	-	307	-100.00%
Insuficiência da Gestão Administrativa	(2.580)	(2.675)	-3.55%
Reversão do Fundo Administrativo	(2.580)	(2.675)	-3.55%
Fundo Administrativo do exercício atual	5.383	7.963	-32.40%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano Telos Contribuição Variável I - PCVI)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.808	10.614	-26.44%
Custeio da Gestão Administrativa			
Receitas			
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.070	3.774	7.84%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	358	355	0.85%
Receitas Diretas	204	189	7.94%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.237	1.034	19.63%
	5.869	5.352	9.66%
Despesas Administrativas			
Administração Previdencial			
Despesas comuns	3.673	3.017	21.74%
Despesas específicas	370	590	-37.29%
Viagens e estadias	1	3	-66.67%
Serviços de terceiros	288	466	-38.20%
Despesas gerais	1	1	100.00%
Tributos	80	120	0.00%
	4.043	3.607	12.09%
Administração dos Investimentos			
Despesas comuns	4.314	3.955	9.08%
Despesas específicas	114	174	-34.48%
Viagens e estadias	3	5	-40.00%
Serviços de terceiros	30	48	-37.50%
Despesas gerais	1	1	0.00%
Tributos	80	120	0.00%
	4.428	4.129	7.24%
Outras Despesas	129	126	2.38%
Constituição de Contingências Administrativas	-	296	-100.00%
Insuficiência da Gestão Administrativa	(2.731)	(2.806)	-2.67%
Reversão do Fundo Administrativo	(2.731)	(2.806)	-2.67%
Fundo Administrativo do exercício atual	5.077	7.808	-34.98%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações das Provisões Técnicas (Plano de Benefício Definido)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Provisões Técnicas	2.857.070	2.599.770	9.90%
Provisões Matemática	2.097.933	1.947.679	7.71%
Benefício Concedido	2.095.792	1.945.852	7.71%
Benefício Definido	2.095.792	1.945.852	7.71%
Benefício a Conceder	2.141	1.827	17.19%
Benefício Definido	2.141	1.827	17.19%
Equilíbrio Técnico	635.286	566.323	12.18%
Resultado Realizados	635.286	566.323	12.18%
Superavit Técnico Acumulado	635.286	566.323	12.18%
Reserva de Contingência	419.587	486.920	-13.83%
Reserva para Revisão de Plano	215.700	79.403	171.65%
Fundos	96.407	15.604	517.84%
Fundos Previdenciais	96.008	15.278	528.41%
Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	399	326	22.39%
Exigível Operacional	3.563	3.753	-5.06%
Gestão Previdencial	2.868	2.875	-0.24%
Investimento - Gestão Previdencial	695	878	-20.84%
Exigível Contingencial	23.881	66.411	-64.04%
Gestão Previdencial	16.102	59.080	-72.75%
Investimento - Gestão Previdencial	7.779	7.331	6.11%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações das Provisões Técnicas (Plano Telos Contribuição Variável I - PCVI)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Var %
Provisões Técnicas	3.858.008	3.481.404	10.82%
Provisões Matemática	3.518.548	3.210.838	9.58%
Benefício Concedido	1.964.978	1.757.918	11.78%
Contribuição Definida	561.093	486.518	15.33%
Benefício Defindo	1.403.885	1.271.400	10.42%
Benefício a Conceder	1.553.570	1.452.920	6.93%
Contribuição Definida	1.553.570	1.452.920	6.93%
Saldo de Contas - parcela patrocinadores	648.223	606.449	6.89%
Saldo de conta - parcela participante Benefício Definido	905.347	846.471	6.96%
Equilíbrio Técnico	179.567	137.274	30.81%
Resultado Realizados	179.567	137.274	30.81%
Superavit Técnico Acumulado	179.567	137.274	30.81%
Reserva de Contingência	179.567	137.274	30.81%
Fundos	131.563	108.677	21.06%
Fundos Previdenciais	129.794	107.348	20.91%
Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.769	1.329	33.11%
Exigível Operacional	4.221	4.220	0.02%
Gestão Previdencial	3.524	3.279	7.47%
Investimento - Gestão Previdencial	697	941	-25.93%
Exigível Contingencial	24.109	20.395	18.21%
Gestão Previdencial	24.109	20.395	18.21%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 Contexto operacional

A TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (TELOS, Fundação ou Entidade) é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída em 1º de agosto de 1975 pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), por prazo indeterminado, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social por intermédio, respectivamente, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), da Secretaria de Política de Previdência Complementar (SPPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e das Resoluções específicas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 23 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.154 criou a PREVIC, autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar. As competências atribuídas a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) foram automaticamente transferidas para PREVIC.

O CNPCC, que exerce a função de órgão regulador do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar é a atual denominação do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

O CNPCC é presidido pelo ministro da Previdência Social e composto por representantes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, das entidades fechadas de previdência complementar, dos patrocinadores e instituidores de planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar e dos participantes e assistidos de planos de benefícios das referidas entidades.

As legislações publicadas pela SPC e CGPC continuam vigentes.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21 de dezembro de 2005, respectivamente.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a TELOS tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social para os empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Até 31 de dezembro de 1998, a TELOS oferecia somente o Plano de Benefício Definido (PBD), adotando o regime de capitalização em suas avaliações atuariais e na determinação das provisões matemáticas.

Em novembro de 1998, a TELOS efetivou a reformulação do seu estatuto e criou o Plano de Contribuição Definida (PCD), o qual foi aprovado pela SPC por meio de ofício nº 837/SPC/CGOF/COJ. Até 31 de Dezembro de 1998, os participantes puderam migrar do PBD para o PCD, e, a partir de 1º de janeiro de 1999 as inscrições de novos participantes passaram a ser realizadas somente no âmbito do PCD.

A partir da Lei nº 109/01, as entidades fechadas de previdência complementar que já prestassem serviços assistenciais de saúde aos seus participantes e assistidos poderiam continuar a fazê-lo. Desta forma, a TELOS manteve a Administração do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas - AMAP destinado aos assistidos do Plano de Benefício Definido, assim como seus dependentes e pensionistas, na forma prevista no seu regulamento.

A TELOS é uma entidade multipatrocinada e multiplano e, atualmente, possui dois tipos de planos previdenciais com seguintes patrocínios:

Planos de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	Total de Participantes		
				Ativos	Aposentados	Pensionistas
Plano de Benefício Definido (PBD)	1988.0011-29	Benefício Definido	- Claro S.A. (a) - TELOS	4	2.493	781
Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I) (c)	1988.0066-38	Contribuição Variável	- Claro S.A. (b) - Star One S.A. - Telmex do Brasil S.A. - Primesys Soluções Empresariais S.A. - Tv Sat Telecomunicações Ltda. - Americel S.A. - TELOS	6.945	3.365	158

- (a) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc aprovou, o Convênio de Adesão firmado entre a EMBRATEL e a TELOS referente ao PCV-I, com isso a CLARO S.A. ("Claro"), incorporadora da EMBRATEL, passou a figurar como Patrocinadora principal da TELOS. O Convênio de Adesão passou a vigorar a partir de 31 de dezembro de 2014, data da publicação no Diário Oficial da União;



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

- (b) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc aprovou o Convênio de Adesão firmado entre a EMBRATEL e a TELOS referente ao PBD, com isso a CLARO S.A. ("Claro"), incorporadora da EMBRATEL, passou a figurar como Patrocinadora principal da TELOS. O Convênio de Adesão passou a vigorar a partir de 13 de março de 2015, data da publicação no Diário Oficial da União;
- (c) A partir de 1º de abril de 2014, passou a vigorar a nova denominação - Plano TELOS Contribuição Variável I (PCV-I) em substituição a denominação Plano de Contribuição Definida (PCD), atendendo a proposta de alteração do Conselho Deliberativo da TELOS apresentada em 07 de janeiro de 2014 e a recomendação da própria PREVIC de adequação do nome, na forma estabelecida na Resolução nº 16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, emitida em 2005. Importante ressaltar que esta alteração diz respeito apenas ao nome do Plano. Todas as características, direitos e obrigações previstas no Plano continuam as mesmas.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração da TELOS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e às disposições legais aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

As diretrizes contábeis para as entidades fechadas de previdência complementar são estabelecidas pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, que entrou em vigor em 16 de dezembro de 2011, revogando a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009; pela Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 (Alterada pela Instrução MPS/Previc Nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Instrução Previc 25, de 17 de dezembro de 2015), e Instrução MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011. A resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, alterou a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, substituindo as Demonstrações das Obrigações Atuariais dos planos de benefícios pelas Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios. Os efeitos da Instrução Previc 25, de 17 de dezembro de 2015, obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2016, já estão contemplados nessas Demonstrações Contábeis.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

- **Balanco Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)** - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** - De forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a TELOS opera.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as receitas de contribuições dos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b. Gestão previdencial - Realizável

Representado, substancialmente, por contas a receber da patrocinadora Claro S.A (veja Nota Explicativa nº 4), atualizada até a data do balanço pelos índices fixados em contrato.

c. Investimentos

A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por plano de benefícios.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)**

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a Administração julga necessária, é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

c.1 Créditos privados e fundos de investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria “Títulos para negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Fundos de investimento

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

Operações compromissadas

As operações compromissadas presentes na carteira dos fundos de investimento são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Títulos públicos

Os títulos públicos federais são ajustados ao valor de mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as projeções de taxas de juros divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos públicos federais mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e juros recebidos, quando aplicável.

Títulos privados

Os títulos privados da carteira própria e dos fundos investidos são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).

c.2 Ações

O segmento de ações está representado por ações de companhias abertas, avaliadas a valor de mercado, considerando a cotação de fechamento da BM&FBOVESPA S.A. do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada.

c.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustado por reavaliação no mínimo a cada três anos, como determina a Instrução SPC nº 15 de 12 de novembro de 2014 que altera a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, sendo os efeitos das reavaliações computados diretamente no resultado do exercício, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no último laudo de reavaliação, e sua contrapartida é lançada em rendas/variações negativas.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

c.4 Empréstimos e financiamentos

Referem-se às operações com participantes e assistidos, e estão demonstrados pelo valor do principal mais atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescido de 7% ao ano, incorridos até a data do balanço. Nos financiamentos imobiliários, caso o participante deixe de ser contribuinte, os juros passam a ser de 12% ao ano. A Fundação possui contratos antigos em que os indexadores são a TR acrescidos de 1% ao mês, mas atualmente sem concessões. A Fundação constitui provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa de acordo com o item 11 do anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

c.5 Depósitos judiciais

De acordo com a Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais deverão ser registrados em contas de ativo no realizável.

d. Permanente - Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

e. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a administração julga necessário, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

f. Patrimônio social

Patrimônio de cobertura do plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelo atuário interno e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PBD representam o valor atual dos compromissos assumidos pela TELOS líquidos das contribuições futuras dos assistidos.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do PCV-I estão representadas pelo: (i) valor atual dos compromissos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários; e (ii) saldo da conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do PBD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso do PCV-I, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes ainda não assistidos, acrescidos do total do saldo de conta de contribuições destinadas ao financiamento do saldo de conta projetada para os casos de incapacidade ou morte em atividade.

No equilíbrio técnico estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios. O equilíbrio técnico é registrado em Reserva de Contingência até o limite percentual, apurado de acordo com a legislação, em relação às provisões matemáticas por plano. O que ultrapassar este limite é registrado em Reserva Especial para revisão do Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 25 de novembro de 2015 foi publicada a Resolução MTPS/CNPC nº 22, que estabelece que, a partir de sua vigência, o limite percentual da Reserva de Contingência, deve ser calculado pela seguinte fórmula: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})]$ x Provisão Matemática, não podendo o resultado ultrapassar 25%. Até a publicação da referida legislação o limite era de 25%. No caso da TELOS, a duração do passivo dos planos é de 9,6 anos no PBD e 9,9 anos no PCV-I, correspondendo o limite de reserva de contingência em 19,6% no PBD e 19,9% no PCV-I das respectivas Provisões Matemáticas.

Fundos

Os fundos previdenciais podem ser utilizados para cobrir eventuais desvios na ocorrência de variações nas estimativas previstas no plano de custeio e destinação ou utilização de superávit.

Já o fundo administrativo é constituído pelo resultado encontrado na apuração das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa.

O fundo de investimentos é constituído com recursos para cobertura de riscos de empréstimos e financiamentos a participantes, assistidos e autopatrocinados.

g. Gestão assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pela TELOS, e seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

h. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

i. Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

4 Gestão previdencial

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recursos a Receber - Previdencial	10.613	1.108
Recursos a Receber - Claro(c)	31.428	36.297
Depósitos Judiciais	<u>16.721</u>	<u>12.815</u>
	<u>58.762</u>	<u>50.220</u>

Representam os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições de patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, valores a receber da patrocinadora e depósitos judiciais relativos ao exigível contingencial da Gestão Previdencial, detalhado na Nota Explicativa 8.1.

a. Taxas do PBD

As taxas de contribuição praticadas pelo PBD, de acordo com o seu plano de custeio, considerando a suspensão da cobrança das contribuições para cobertura das despesas administrativas do plano durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram as seguintes:

		<u>2015(%)</u>	<u>2014(%)</u>
Patrocinadores	P	17,53	17,53
Participantes ativos	P1	2,70	2,70
Participantes ativos	P2	1,80	1,80
Participantes ativos	P3	14,69	14,69
Participantes assistidos	PA	-	-

P Percentual incidente sobre o total dos salários de participação dos participantes ativos;

P1 Percentual incidente sobre o salário de participação;

P2 Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação à metade do limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social;

P3 Percentual incidente sobre o excesso do salário de participação em relação ao limite máximo do salário de contribuição para Previdência Social;

PA Percentual incidente sobre o benefício da TELOS.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

b. Taxas do PCV-I

Nesse plano, o participante inscrito até 31 de outubro de 2014, recolhe a sua contribuição normal, variável de 1% a 8% calculada sobre seu salário aplicável e, caso deseje incrementar o valor do benefício futuro, pode efetuar contribuições adicionais.

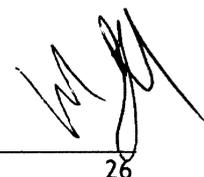
Já o patrocinador recolhe a contribuição normal, de valor igual ao da contribuição normal de cada participante, limitado a 8% do salário aplicável. O patrocinador é responsável, ainda, pelo custeio dos saldos de contas projetadas baseado em taxa avaliada atuarialmente e pela cobertura das despesas administrativas do plano, por meio do recolhimento de contribuições específicas para tal finalidade.

Em 30 de setembro de 2014, a Superintendência de Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou a proposta de alteração do regulamento do PCV-I, através do Ofício nº 3056/2014, publicado no Diário Oficial, dia 30 de setembro de 2014.

As alterações aprovadas estabelecem que o participante ativo inscrito a partir de 1º de novembro de 2014 efetuará contribuições normais de percentuais inteiros, variáveis, a sua escolha de 1% a 7% (um a sete por cento) do seu salário aplicável, respeitada sua faixa salarial, conforme tabela abaixo:

Faixa Salarial	Salário Aplicável	Percentual de Contribuição Normal	Patrocinador
1	Menor ou Igual a Limite Salarial de Faixa 1	Não há	Contribuição única de 5 vezes o salário, quando a participante ativo atingir 5 anos de inscrição e tiver mais de 55 anos de idade.
2	Maior que Limite Salarial de Faixa 1 e Menor que Limite Salarial de Faixa 2	De 1% a 4%	De 1% a 4%
3	Igual ou Maior que Limite Salarial de Faixa 2	De 1% a 7%	De 1% a 7%

Para os Participantes ativos inscritos a partir de 1º de novembro de 2014 que estejam enquadrados na faixa salarial 1 da tabela acima, é permitido efetuar apenas Contribuição Adicional, as quais não terão contrapartida do Patrocinador.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

c. Valor a receber da Claro

A TELOS assinou com a Embratel em 1º de setembro de 1999 o Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial no valor inicial de R\$ 362.891, com liquidação no prazo máximo de 20 anos. O termo de confissão de dívida foi aprovado pela SPC por meio do Ofício nº 596 - SPCGAB/CGAS/CGAR. Em 31 de dezembro de 2015 o valor a receber da Claro era de R\$ 31.428 (2014: R\$ 36.297), reconhecido no PCV-I.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se desliga, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do PCV-I.

Os rendimentos relativos ao saldo devedor são pagos mensalmente pela Claro e são calculados com base na taxa de valorização dos ativos do PBD no Grupo Realizável - Gestão administrativa.

O Termo de Reconhecimento, Confissão, Aceitação e Amortização de Insuficiência Atuarial garante que a valorização dos ativos do PBD não será inferior ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acrescido de 6% ao ano. Quando a variação acumulada do IGP-DI acrescida de 6% ao ano for superior a valorização acumulada dos ativos do PBD, será paga pela ocorrência dos eventos de desligamento, invalidez, falecimento, resgate ou portabilidade de recursos.

5 Gestão administrativa

	2015	2014
Recursos a Receber - Administrativo (a)	1.991	2.414
Depósitos Judiciais (b)	6.354	6.251
	<u>8.345</u>	<u>8.665</u>

- (a) Registra as operações administrativas inerentes às atividades da Fundação. Os recursos necessários à cobertura das despesas são os repassados pela gestão previdencial, fluxo de investimentos e gestão assistencial.

O Resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é apurado pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Patrimônio do PGA. O saldo do Patrimônio do PGA é segregado por plano de benefício previdencial não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

O critério de rateio das despesas administrativas comuns aos planos de benefícios, leva em consideração o número de participantes e o montante dos investimentos. Já as despesas específicas são alocadas diretamente aos planos de benefícios.

A TELOS registra, em contas contábeis específicas no ativo e no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no PGA.

Por decisão do Conselho Deliberativo, foi suspensa, desde 2005, a cobrança das contribuições de patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados para cobertura das despesas administrativas do PGA.

- (b) Valor refere-se, substancialmente, a depósitos judiciais referentes aos recolhimentos de PIS/COFINS no período de março de 2011 à dezembro de 2014. As informações relativas a essa contingência estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.c.

Remuneração dos Dirigentes e Administradores

A remuneração dos Dirigentes e Administradores da TELOS totalizou R\$1.365 (R\$1.280 em 2014). O Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo da TELOS não são remunerados.

Gastos com Serviços de Terceiros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Honorários Advocáticos	681	861
Manutenção de Sistemas Corporativos	1.275	1.199
Despesas com Auditoria	102	191
Conservação e Limpeza	276	270
Administração de Assistência Médica	951	496
Outras	734	616
Total	<u>4.019</u>	<u>3.633</u>



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

6 Investimentos

	<u>2015</u>	%	<u>2014</u>	%
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro	<u>377</u>		<u>333</u>	
Créditos privados				
Debêntures não conversíveis	<u>7</u>		<u>6</u>	
Ações				
Companhias abertas ¹	<u>183.930</u>		<u>270.035</u>	
	<u>184.314</u>	2,8	<u>270.374</u>	4,5
Fundos de investimento				
Renda Fixa	2.187.855		1.607.026	
Ações	102.676		131.445	
Multimercado	3.995.901		3.831.162	
Participações	3.606		4.455	
Imobiliário	<u>8.038</u>		<u>9.993</u>	
	<u>6.298.076</u>	94,4	<u>5.584.081</u>	92,3
Investimentos imobiliários				
Uso próprio	5.672		6.191	
Locadas a patrocinadores	54.916		65.175	
Locadas a terceiros	3.682		3.993	
Rendas de participação	<u>80.016</u>		<u>79.645</u>	
	<u>144.286</u>	2,1	<u>155.004</u>	2,5
Empréstimos e Financiamentos imobiliários				
Empréstimos	38.158		34.549	
Financiamentos imobiliários	<u>4.807</u>		<u>5.020</u>	
	<u>42.965</u>	0,6	<u>39.569</u>	0,6
Depósitos judiciais²				
	<u>2.264</u>	0,1	<u>2.264</u>	0,1
Total dos investimentos	<u><u>6.671.905</u></u>	100,0	<u><u>6.051.292</u></u>	100,0

¹Ações referentes a empresa Tupy S/A.

²Vide explicações na Nota 8.d.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

a. Títulos e valores mobiliários

A totalidade dos investimentos em títulos públicos e privados em 31 de Dezembro de 2015 é composta substancialmente por meio de cotas de fundos de investimento exclusivos, com exceção das Letras Financeiras do Tesouro Federal, Estadual e Municipal que são registradas em carteira própria.

Para fazer face a possíveis riscos de perda na realização dos títulos públicos relativos às Letras Financeiras do Tesouro Estadual de Santa Catarina e as Letras Financeiras do Tesouro Municipal que está vinculada a precatório, a TELOS mantém provisão para perdas no valor de R\$ 63.610 (2014: R\$ 63.610), correspondente a 100% do valor desses títulos em 31 de Dezembro de 2015. Esses títulos foram atualizados até as datas de seus vencimentos, que ocorreram em 1º de maio de 2001 e 1º de junho de 1998, respectivamente. A composição da carteira está apresentada líquida dessa provisão.

A Fundação, quando julga necessário, efetua provisão com objetivo de expressar o valor justo dos ativos.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, demonstramos nos quadros a seguir as características dos títulos e valores mobiliários, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de Dezembro de 2015:



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
PBD		
Tipo/Natureza:		
Títulos e valores mobiliários para negociação:		
Ações	183.930	183.930
Operações Compromissadas	295.958	295.958
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	-	-
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	10.311	10.311
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	378	378
CDB - Certificados de Depósito Bancário	-	-
Debêntures	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	29.964	29.964
Cotas de Fundo de Investimento em Participações	3.606	3.606
Cotas de Fundos	-	-
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	8.038	8.038
Outros	(17)	(17)
	<u>532.168</u>	<u>532.168</u>
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	273.163	193.149
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	1.826.662	1.936.916
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	63.725	63.725
Debêntures	7	7
	<u>2.163.557</u>	<u>2.193.797</u>
Total	<u>2.695.725</u>	<u>2.725.964</u>
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:		
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Por faixa de vencimento:		
Entre 361 dias e 1.080 dias	113.938	116.665
A partir de 1.081 dias	2.049.619	2.077.132
	<u>2.163.557</u>	<u>2.193.797</u>



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

PCV-I

Tipo/Natureza:

Títulos e valores mobiliários para negociação:

Ações	91.615	91.615
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	580.952	580.952
LTN - Letras do Tesouro Nacional	697.883	697.883
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	20.701	20.701
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	10.311	10.311
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	76.881	76.881
Debêntures	67.214	67.214
CDB - Certificados de Depósito Bancário	-	-
Swap	(29)	(29)
Operações Compromissadas	539.517	539.517
Cotas de Fundos de Investimento em Participações	6.562	6.562
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos	16.384	16.384
Creditórios		
Cotas de Fundos		
Outros	(2.990)	(2.990)
	<u>2.105.001</u>	<u>2.105.001</u>

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	100.529	70.620
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	1.530.904	1.603.671
LFS - Letras Financeiras Subordinadas	36.692	36.692
	<u>1.668.125</u>	<u>1.710.983</u>

Total

3.773.126 3.815.984

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

Por faixa de vencimento:

Entre 361 dias e 1.080 dias	268.126	278.096
A partir de 1.081 dias	1.399.999	1.432.887
	<u>1.668.125</u>	<u>1.710.983</u>

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

PGA	Valor contábil	Valor de mercado
Tipo/Natureza:		
Títulos para negociação:		
Operações compromissadas	2.121	2.121
NTN - Notas do Tesouro Nacional		
Outros	1	1
	<u>2.122</u>	<u>2.122</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	2.281	1.602
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional	9.137	8.404
	<u>11.418</u>	<u>10.007</u>
Total	<u>13.540</u>	<u>12.129</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
Por faixa de vencimento:		
A partir de 1.081 dias	<u>11.418</u>	<u>10.007</u>
	<u>11.418</u>	<u>10.007</u>

A TELOS, segundo o entendimento de sua Administração, com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data do seu vencimento.

b. Investimentos imobiliários

Os bens relativos aos investimentos imobiliários estavam cobertos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 por apólices de seguro em montante considerado pela Fundação como suficiente para cobrir eventuais sinistros.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Os imóveis integrantes da carteira da TELOS foram reavaliados durante o exercício de 2013 e 2015.

Localização	Avaliador	Data-base da reavaliação	Valor da última reavaliação	Valor contábil 31/12/2014	Variação	Valor contábil 31/12/2015
Rua Regente Feijó, 166	Sênior Consultoria	dez/15	54.600	65.175	(10.259)	54.916
Amazonas Shopping	C & C Consultoria	jan/13	78.200	79.645	371	80.016
Pres. Vargas 10° ao 11°	Sênior Consultoria	jun/13	6.969	6.191	(519)	5.672
Pres. Vargas 12° ao 13°	Sênior Consultoria	jun/13	4.459	3.993	(311)	3.682
			144.228	155.004	(10.718)	144.286



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

c. Empréstimos e financiamentos imobiliários

A Fundação mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 269 (R\$ 252 em 2014), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela TELOS.

7 Enquadramento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2015, a TELOS detinha 9.816.056 (15.109.156 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias de TUPY S.A. (TUPY), avaliadas a valor de mercado. Embora as ações da TUPY sofreram uma desvalorização durante o exercício de 2014, que refletiu no patrimônio do PBD, plano em que tais ações estão alocadas, a posição financeira da TELOS nesse ativo, em 31 de dezembro de 2014, permaneceu acima do limite de alocação dos recursos, de 10% em uma mesma companhia, estabelecida pela Resolução Bacen 3.792/09. O desenquadramento ao referido limite continuou a ser de forma passiva, pois decorreu da valorização das ações, sem que tenha havido ato da gestão da TELOS que lhe ocasionasse. Em 31 de dezembro de 2015, devido a venda de parte dos papéis ocorrida ao longo do exercício, não existe desenquadramento, mesmo que passivo do referido investimento.

8 Contingências

8.1 Passivas - Exigível contingencial

	2015	2014
Gestão previdencial:		
Ações cíveis e trabalhistas (a)	40.211	34.329
Provisão para futura redução de taxa de juros (b)	-	45.146
	40.211	79.475
Gestão administrativa:		
PIS/COFINS liminar (c)	5.931	5.930
	5.931	5.930
Investimentos:		
PIS/COFINS sobre aluguéis (d)	4.654	4.458
Investimentos imobiliários (e)	3.125	2.873
IPTU (f)	2.254	2.254
	10.033	9.585
Total	56.175	94.990

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

- (a) Referem-se principalmente às ações de um grupo de ex-participantes e assistidos da TELOS, em sua maioria representados pelo sindicato da categoria profissional, referente aos expurgos inflacionários ocorridos no período de 30 de junho de 1987 a 30 de junho de 1991, e buscam os reflexos pertinentes da compensação do expurgo do IPC divulgado pelo IBGE nos planos de benefícios administrados pela TELOS no referido período.
- (b) Em função da deliberação do Conselho Deliberativo, em sua 254ª reunião, realizada em 10 de dezembro de 2014, foi constituída provisão no valor de R\$ 45.146, para futura redução da taxa de juros atuarial no PBD. Essa provisão foi constituída em 2014, tendo em vista a necessidade de distribuição obrigatória de superávit em 2015. Esse montante foi resultado de uma estimativa de cálculo para a provisão matemática do PBD a uma taxa de 4,25%, que se tratava da taxa máxima real de juros correspondente aos tetos estabelecidos na Resolução CNPC nº 09/13 que alterou a Resolução CGPC nº 18 de março/2006, reduzida em um ponto percentual, baseada na Resolução CNPC nº 10 de 2013 que alterou a Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008, necessária para eventual distribuição de superávit.

Com as mudanças ocorridas na legislação, através da publicação da Instrução MPS/PREVIC/DC Nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, e da Portaria 197 de 14 de abril de 2015, que divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média para o exercício de 2015, estabelecendo o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro deixou de ser necessária, para uma eventual distribuição de superávit, a adoção de uma hipótese de taxa de juros abaixo da taxa utilizada atualmente pelo plano, visto que a taxa atual é inferior ao limite superior de taxa de juros do plano reduzido em um ponto percentual, limite este apurado a partir da *duration* do plano. A partir de tais mudanças, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 14 de dezembro de 2015, em sua 258ª reunião, a reversão da provisão anteriormente constituída no montante de R\$45.146.

- (c) Com base no êxito obtido, em liminar obtida em 14/07/2005, nos autos do Processo n.º 2005.51.01.011732-1, a TELOS teve suspensa a exibibilidade do recolhimento do PIS e da contribuição da COFINS, por entender que não havia formação de base de cálculo para os referidos tributos.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)**

Deste modo, em que pese às decisões favoráveis obtidas, por cautela e atendendo as recomendações do escritório que patrocina a causa, foi constituída, a provisão contábil com base nos critérios para formação de base de cálculo apresentados pela Instrução Normativa n.º 247/2002 da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tal provisão se justifica no fato de correr perante o Supremo Tribunal Federal ação na qual foi determinada repercussão geral (Recurso Extraordinário n.º 400.479) em que, mesmo de forma incidental e a despeito de vitória em sua demanda individual, obrigue a TELOS a reconhecer que algumas das suas receitas componham a base de cálculo para o pagamento do PIS e a contribuição da COFINS.

Em junho de 2006, foi julgado PARCIALMENTE procedente o Mandado de Segurança para declarar a inexistência de obrigação jurídica da TELOS ao recolhimento da PIS/COFINS, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos tão somente a partir do ajuizamento do Mandado de Segurança. A TELOS e a Fazenda Nacional recorreram da decisão.

Em dezembro de 2007, foram julgados os recursos dando-se provimento ao recurso da TELOS para autorizar a compensação de todos os valores recolhidos indevidamente com fulcro na base de cálculo ampliada.

Em julho de 2008, a Fazenda Nacional interpôs recurso extraordinário que, embora tenha sido admitido, teve o seu curso paralisado em razão de existir recurso extraordinário de repercussão geral (RE nº 508.108/SP) pendente de julgamento no STF.

Em abril de 2009, após decisão do RE nº 508.108/SP, o TRF decidiu que, em decorrência da decisão do RE já mencionado ser divergente ao Acórdão recorrido, determinou o retorno do processo para o Desembargador que proferiu o Acórdão, a fim de que esse possa fazer seu juízo de retratação.

Em novembro de 2009, a TELOS requereu no TRF a execução provisória com o intuito de suspender a exigibilidade dos créditos tributários para que não constem como ópice para emissão da CND. Em julho de 2010, o TRF indeferiu o nosso requerimento.

Ainda sob orientação dos advogados que patrocinam o processo nº 2005.51.01.011732-1, por estratégia administrativa/processual e para a expedição de certidão com efeitos de negativa (CND), a partir do mês de março de 2011, a TELOS reviu o procedimento anteriormente adotado e passou a realizar depósitos judiciais cujo objetivo foi prover a mesma cautela obtida com as provisões contábeis realizadas

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Na ocasião, foi depositado judicialmente o montante relativo ao PIS/COFINS provisionado no período de 2005 à 2011.

Em julho de 2011, o Processo nº 2005.51.01.011732-1 foi paralisado por conta de novo recurso extraordinário (RE nº 561.908/RS), pendente de julgamento no STF.

Em outubro de 2012, os autos foram baixados, tendo sido determinado que a TELOS requeresse o que entendesse devido.

Em janeiro de 2013, o processo foi suspenso novamente até o retorno da Execução Provisória nº 2010.51.01.011589-7. Promovida a Execução Provisória nº 2010.51.01.011589-7, que foi definida em outubro/2010, o que motivou a interposição de Embargos de Declaração (negado), seguido de recurso de Apelação que se encontra aguardando apreciação até a presente data.

A partir de janeiro de 2015, em função das alterações trazidas pela Lei nº 12.973/14 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.544/15, que dizem respeito à alteração na base de cálculo do regime cumulativo, e ainda em função da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que decidiu pela inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da Contribuição para o PIS/COFINS, a TELOS, sob orientação de seus advogados, passou a efetuar o recolhimento dos valores relativos a PIS/COFINS, deixando assim de efetuar os depósitos judiciais. Os valores relativos ao recolhimento do período de março de 2005 a dezembro de 2014 continuam sendo discutidos judicialmente.

- (d) A ABRAPP sustenta que, conforme determina a Resolução BACEN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, as entidades fechadas de previdência complementar poderão ter parte de seus recursos garantidores aplicados no segmento de imóveis. Dessa forma, segundo entendimento de grande parte do setor, esses rendimentos deveriam ser considerados “aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate” e, portanto, dedutíveis da base de cálculo das contribuições para PIS/COFINS em conformidade com a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O exigível contingencial do programa de investimento registra as provisões de PIS/COFINS sobre receita de aluguéis, pois a Instrução Normativa (IN) SRF nº 170, de 4 de julho de 2002, não incluiu no seu elenco de deduções as receitas de aluguéis, venda de imóveis e reavaliações da carteira de investimentos imobiliários.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

A TELOS, ao tomar essa decisão, segue a mesma postura adotada pela maioria das entidades fechadas de previdência complementar que, conforme orientação da ABRAPP exclui da base de cálculo de PIS/COFINS a citada receita.

- (e) Refere-se a questionamento judicial por parte da autora (Concremat), relativo ao pagamento de prêmio de incentivo da *performance* do shopping Amazonas. Em maio de 2012 houve sentença julgando parcialmente procedente os pedidos do autor. Em julho de 2013 foi interposto recurso pelas rés. Desde abril de 2015 os autos do processo encontram-se conclusos aguardando decisão monocrática ou inclusão em pauta.
- (f) Referem-se a questionamentos judiciais efetuados pela TELOS ao Município do Rio de Janeiro, relativos ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a taxas municipais incidentes sobre os imóveis da TELOS no período de 1989 a 2002, questionamentos estes que: (i) para o período de 1989 a 1993, consistem no ajuizamento de 15 ações de execução pelo Município, cujos valores estão integralmente depositados judicialmente pela TELOS; e (ii) para o período de 1994 e 1997, consistem em medidas cautelares ajuizadas pela TELOS em que, em cada exercício, foram depositados judicialmente os valores integrais das cotas e taxas referentes a todas as inscrições imobiliárias da TELOS. Cumpre ressaltar, ainda, que, no que se refere aos depósitos administrativos feitos junto à Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro (referentes ao IPTU devido nos exercícios de 1998 a 2002), estes foram integralmente convertidos em renda em favor do Município, por solicitação da TELOS, promovendo-se a baixa das 42 execuções fiscais movidas em face da Fundação.

8.2 Contingências ativas

A TELOS é beneficiária na vitória obtida na ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND's), emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em decorrência da substituição do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

O FND foi criado em julho de 1986 com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFND's, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado em 24 de setembro de 2008 no Tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início à ação de execução.

Em maio de 2011, houve consenso sobre os valores totais que deveriam ser ajuizados na execução e sobre a parcela que cada entidade faria jus. A TELOS, após validação interna, autorizou a cobrança de R\$ 43.947 em seu nome, na execução movida em 30 de junho de 2011 pelos patronos da ação movida pela ABRAPP.

Contudo, estes valores ainda passarão pela apreciação do tribunal e estará sujeitos a contestação por parte dos executados quanto à fidelidade em relação à decisão transitada em julgado de mérito, podendo haver modificações no curso do processo de execução que alterem a quantia e a forma de pagamento.

A respeito da execução foi proferida nova decisão sobre o desmembramento, na qual, determinou que a execução se fizesse em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos nos juízos competentes. A ABRAPP, em 11 dezembro de 2013, recorreu da decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19 de dezembro de 2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20 de dezembro de 2013 a 06 de janeiro de 2014); tendo sido devolvido no início do ano 2015.

Quanto à Ação Rescisória tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06 de setembro de 2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs estes mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. "No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa."

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Em 27 de outubro de 2015, em AGE realizada pelas Fundações e a ABRAPP, como legítima substituta processual na ação em referência, foi definido que a ABRAPP conduziria junto aos patronos da causa o encaminhamento da execução através das ações de liquidação por artigos de título judicial. A distribuição da ação de liquidação se deu em dia 27.11.2015. A mesma encontra-se aguardando distribuição até a presente data

Desta forma a TELOS, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, não registrou contabilmente este ativo contingente.

9 Patrimônio social

a. Mutação do patrimônio social

	Patrimônio de cobertura do plano	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.862.114	140.052
Superávit do período	189.486	-
Constituição de provisões matemáticas e de fundos	457.964	20.148
Constituição de fundo para revisão de plano	(78.230)	78.230
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>6.431.334</u>	<u>238.430</u>

b. Provisões Matemáticas

Representam as provisões matemáticas de benefícios concedidos e à conceder dos planos de benefícios, conforme detalhado na Nota Explicativa 3.f., avaliadas de acordo com o plano de custeio em vigor, aprovado pelo Conselho Deliberativo da TELOS.

Composição consolidada das provisões matemáticas:

	2015	2014
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
PBD	2.095.792	1.945.852
PCV-I	1.964.978	1.757.918
	<u>4.060.770</u>	<u>3.703.770</u>



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Benefícios a conceder:		
PBD	2.141	1.827
PCV-I	<u>1.553.570</u>	<u>1.452.920</u>
	<u>1.555.711</u>	<u>1.454.747</u>
	<u>5.616.481</u>	<u>5.158.517</u>

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário interno em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

Principais premissas atuariais utilizadas:

Fatores econômicos

10 Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial

PBD	Inflação + 4,50% a.a.
PCV-I	Inflação + 4,50% a.a.
(ii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	Inflação
(iii) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a.a.
(iv) Capacidade salarial e de benefícios	0,98(*)

(*)Fator que reflete a perda do poder aquisitivo, em termos reais, ocorrida nos salários e benefícios, calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e da frequência de reajustes.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

	2015	2014
Fatores biométricos		
(i) Tábua de mortalidade geral:		
PBD	AT 2000 suavizada em 10%	AT 2000 suavizada em 10%
PCV-I	AT2000	AT 2000
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos:		
PBD	CSO-80	CSO-80
PCV-I	CSO-58	CSO-58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	Tábua Mercer	Tábua Mercer
(iv) Rotatividade	Não utilizada	Não utilizada

c. Equilíbrio técnico

O superávit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Fundação.

O equilíbrio técnico é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas por plano. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para revisão do Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. A forma de apuração da Reserva de Contingência por plano, obedecendo aos requisitos da Resolução MTPS/CNPC nº 22 estão detalhados na Nota 3.f.

De acordo com a resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, a partir da constituição da reserva especial, a revisão do plano de benefícios poderá se dar de forma voluntária e será obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos.

Em 14 de dezembro de 2015, através da 258ª reunião do Conselho Deliberativo da Fundação, foi aprovado a destinação da Reserva Especial do Plano PBD. A destinação consistirá na extinção das contribuições de participantes e patrocinadores previstas no regulamento do plano e que o benefício do mês de junho de cada ano será 50% maior do que o pago regularmente.

A proposta de alteração do regulamento do PBD contemplando as mudanças mencionadas acima foi enviada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 22 de janeiro de 2016, para análise, conforme mencionado na nota explicativa 12.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

d. Fundos Previdenciais

Os fundos foram avaliados de acordo com o plano de custeio em vigor aprovado pelo Conselho Deliberativo, com base na avaliação atuarial realizada sob responsabilidade do atuário interno.

O total de fundos previdenciais em 31 de Dezembro de 2015 é de R\$ 225.802(2014: R\$ 122.626), composto conforme abaixo:

	2015	2014
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos (PBD)	17.778	15.278
Fundo para Revisão de Plano (PBD)	78.230	-
Fundo por Perda de Saldo (PCV-I)	129.794	107.348
	225.802	122.626

- **Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos do PBD** - Instituído para dar cobertura a eventuais desvios desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio relacionados à longevidade e morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano conforme descrito em nota técnica atuarial;
- **Fundo para Revisão de Plano** - Instituído a partir de recursos da Reserva Especial mediante a aprovação da destinação/utilização da Reserva Especial pelo Conselho Deliberativo da Fundação;
- **Fundo por Perda de Saldo** - De acordo com o artigo 28 do Regulamento do PCV-I, é constituído pelo saldo positivo originado da diferença apurada entre o valor resgatado ou portado pelo participante, sendo sua utilização estabelecida no plano de custeio anual, podendo ser utilizado para a cobertura das despesas administrativas e de oscilações desfavoráveis na ocorrência de eventos previstos no plano de custeio, relacionados à longevidade e à morbidez da massa, à inflação projetada, aos retornos esperados dos investimentos e a outros que afetem o plano, conforme descrito em nota técnica atuarial.

11. Ajustes de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

O valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria de “Mantidos até o Vencimento”, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Antes da destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido do déficit técnico, respectivamente, para fins de equacionamento do mesmo.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - Estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- II - Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- III - O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- IV - O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- V - A duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios;
- VI - Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

No Plano PBD, o ajuste de precificação dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados em 31 de dezembro de 2015, resultou em um valor positivo de R\$396.852, conforme demonstrado a seguir:

PBD:

Em 31 de dezembro de 2015

NTN	Quantidade	Amortamento	Valor em contrato (R\$ mil)	Valor em mercado (R\$ mil)	Ajuste de precificação
NTN-C	15.351	01/07/2017	50.211	54.162	3.951
NTN-C	149.744	01/04/2021	474.291	544.796	70.505
NTN-C	212.437	01/01/2031	992.939	1.315.335	322.396
TOTAL	377.532		1.517.441	1.914.293	396.852

Em 31 de dezembro de 2014 (*)

NTN	Quantidade	Vencimento	Valor em contrato (R\$ mil)	Valor em mercado (R\$ mil)	Ajuste de precificação
NTN-B	30.000	15/05/2017	73.281	78.245	4.964
NTN-B	10.000	15/08/2050	32.062	32.217	156
NTN-C	15.351	01/07/2017	43.911	49.629	5.718
NTN-C	153.149	01/04/2021	440.605	509.403	68.798
NTN-C	225.423	01/01/2031	976.594	1.287.616	311.021
TOTAL	433.923		1.566.453	1.957.110	390.657

(*) Ajuste de precificação, dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2014, apresentados somente para fins de comparabilidade.

No Plano PCV-I, o ajuste de precificação dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados em 31 de dezembro de 2015, resultou em um valor positivo de R\$272.129, conforme demonstrado a seguir:

TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

PCV-I:

Em 31 de dezembro de 2015

NTN-C	66.504	01/07/2017	219.875	234.644	14.769
NTN-C	115.712	01/04/2021	355.353	420.982	65.628
NTN-C	130.025	01/01/2031	613.337	805.069	191.732
TOTAL	312.241		1.188.565	1.460.695	272.129

Em 31 de dezembro de 2014 (*)

NTN-C	70.000	01/07/2017	203.731	226.307	22.576
NTN-C	129.395	01/04/2021	357.205	430.039	72.833
NTN-C	173.288	01/01/2031	776.616	975.495	198.879
TOTAL	372.683		1.337.552	1.631.840	294.288

(*) Ajuste de precificação, dos títulos públicos federais que atenderam, cumulativamente, aos requisitos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2014, apresentados somente para fins de comparabilidade.

Os resultados do exercício de 2015 dos planos de benefícios PBD e PCV-I foram apurados pelo regime de competência e resultaram no superávit de R\$147.193 e R\$ 42.293, respectivamente.

A partir do exercício de 2015, a TELOS passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos planos - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução Previc nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

12. Gestão assistencial

O AMAP (Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas - AMAP) é um Plano de assistência médica exclusivo para aposentados e seus dependentes, e os pensionistas inscritos no PBD.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

Tem como objetivo administrar recursos, constituídos de acordo com o artigo 5º do Estatuto da TELOS, que se destinam ao custeio de serviços e planos assistenciais existentes na data da promulgação da Lei Complementar nº 109/2001.

A Instrução Conjunta SPC/ANS nº 1, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu critérios para a execução das atribuições legais da então SPC e da Agência Nacional de Saúde (ANS) relacionada às atividades de assistência à saúde exercida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

As características básicas do Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) são:

- O Plano de Assistência Médica para Aposentados e Pensionistas (AMAP) é um plano fechado e atende, exclusivamente, os assistidos do PBD e seus dependentes e os pensionistas. Possui como responsabilidade o custeio de 85% do valor de utilização dos eventos médicos cobertos pelo plano, conforme detalhado no regulamento do Plano;
- À TELOS cabe única e exclusivamente a gestão do plano, na forma do regulamento, não sendo responsável por qualquer desequilíbrio financeiro/atuarial deste Plano;
- À Patrocinadora do Plano, Claro, incorporadora da Embratel, cabe custear, na forma do regulamento do plano, as despesas médicas e hospitalares cobertas, bem como aquelas expendidas pela TELOS com a administração e prestação de serviços.

Os recursos hoje administrados pela TELOS correspondem, principalmente, ao patrimônio mínimo ajustado exigido pela ANS por meio da RN 160, no montante de R\$ 4.482 (2014: R\$ 4.116). Atualmente, a Claro, Patrocinadora deste Plano, efetua mensalmente o pagamento das contraprestações, que são pós-estabelecidas.



TELOS - FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

13. Evento Subsequente

Foi submetido à Previc no dia 22 de janeiro de 2016, uma proposta de alteração de regulamento do Plano PBD.

As alterações estão concentradas na criação de taxa administrativa sobre os ativos do plano, na extinção das contribuições dos participantes ativos e patrocinadores e na melhoria de benefício, em decorrência da aprovação da destinação de Reserva Especial, ficando o valor do benefício, exclusivamente, no mês de junho 50% maior que o pago regularmente.



Roberto Durães de Pinho
Presidente
CPF: 407.903.637-04



Felipe de Almeida Xavier
Contador
CRC RJ-105572-03